

RODA DE CONVERSA

TEMA: DIVERSIDADE DE CRENÇAS

Participantes: Ademir Santos , Mãe Ofá , Janaína Moura , Noely Raphanelli , Leide Débora Marciano, Gleice Bárbara Marciano, Pr. Romeu, Aristeu de Oliveira Lima e Luís Felipe Richter Santos

**Texto resumido por Marcello Múscari
Sorocaba, 27 de outubro de 2015.**

Diversidade de crenças

Como parte do processo de debate público visando à produção de dados acerca dos aspectos culturais da cidade, religiosos de distintos grupos e identificações estiveram reunidos na biblioteca infantil de Sorocaba com o objetivo de debater o tema da diversidade religiosa, entre si e com as cerca de quarenta pessoas presentes. Convidados pela Secretaria de Cultura e a partir da mediação de Edmir de Barros¹, pesquisador do NUCAB – Núcleo de Cultura Afro-brasileira (UNISO) e militante da causa negra, apresentaram posicionamentos e responderam questões do público religiosos que se identificaram como praticantes do Candomblé, da Umbanda, e do Budismo; seguidores das doutrinas do Santo Daime e do Espiritismo Kardecista; um pastor da igreja evangélica Restaurando Vidas; e uma pesquisadora da cultura judaica.

Com início previsto para as 19h, o evento teve sua abertura com uma fala de saudação e apresentação da proposta pela secretária de cultura, Jaqueline Gomes da Silva, seguida da apresentação e composição de mesa pelo mediador convidado. Conforme suas instruções os religiosos presentes foram incitados a apresentar ao público o que entendem como sendo suas “filosofias religiosas” e noções que fundamentam suas crenças. Ainda, como destacou o mediador logo de início, todas as falas, dos religiosos convidados ou do público, deveriam se absolutamente respeitadas, e particularmente interessadas em atingir os objetivos da mesa: produzir subsídios para ações visando à construção de um tratamento efetivamente igualitário dos distintos grupos religiosos pelo poder público.

Sucessivamente, os oito religiosos convidados, pequena amostra de somente sete das muitas identificações religiosas certamente existentes na cidade, apresentaram livremente aquilo que consideram os elementos centrais de suas práticas, destacando aquilo que consideram especificidades de seus grupos. De suas falas se destaca o aparente desconforto, em ao menos três das apresentações, com a identificação de suas práticas enquanto “religião”. Logo na segunda fala foi destacada a indissociabilidade entre história, cultura e religião, no Judaísmo. Também a praticante budista afirmava entender suas práticas enquanto uma cultura budista, envolta em filosofias, conhecimentos e práticas, mas não como algo do domínio da crença. Ainda, falou-se do Santo Daime e do espiritismo como doutrinas, no caso desta última dando-se destaque ao fato de que alguém poderia ser um cético, ou mesmo professar outra fé, e ainda assim ser um estudioso da doutrina. Em suas falas os religiosos também apresentaram ao público breves relatos da história de suas ideias e grupos, particularmente atentos aos seus momentos de nascimento e modos de desenvolvimento no Brasil.

Encerrada a rodada de apresentação por parte da mesa, deu-se início às perguntas do público. Por abordagens distintas, as questões da plateia de maneira geral incitaram os religiosos a falar mais sobre dois pontos: (1) como a questão da intolerância religiosa impacta e é abordada em cada um dos grupos religiosos ali representados; e (2) qual a atuação de cada uma das identificações religiosas para além daquilo que se concebe genericamente como o domínio do sagrado, ou seja, quais seriam as ações sociais e culturais

levadas a cabo pelos grupos religiosos? Em suas respostas o que se viu foram articulações diversas entre fundamentações teológicas para ação social – promover o reino de Deus na terra, ou atuar na melhoria das condições de todos aqueles que vivem hoje no mundo material -, e religião como conjunto de saberes e práticas que não necessariamente se restringem à ideia de uma relação com o sagrado. Ainda, foi destacada a particular violência e restrição de direitos sofrida pelos praticantes de religiões afro-brasileiras, chamando-se a atenção para a importância da responsabilização de lideranças religiosas que possam ser eventualmente identificadas como incitadoras de formas de intolerância, de discriminação e de violência por motivo de identificação religiosa.

Ao longo das falas, como recurso argumentativo em defesa da tolerância e da promoção do reconhecimento da diversidade religiosa, destacou-se por diversas vezes que apesar de superficialmente diferentes, todas as religiões teriam em comum um mesmo horizonte de interesse e de preocupações. Por outro lado, como fez questão de destacar o pastor evangélico à mesa, afirmar que distintos religiosos podem se unir em ações conjuntas de interesse social – limpar um rio, por exemplo – não significa abolir total e definitivamente suas diferenças entre si. Reconhecer a diversidade religiosa é então reconhecer justamente a especificidade de cada um dos agrupamentos sociais, sistemas de crenças e formas institucionais que atualmente ocorre de serem reconhecidas no Brasil sob a rubrica genérica de religião.

Apresentado em termos bastante concretos e relacionados às experiências cotidianas dos religiosos presentes, o pequeno embate sobre a diferença específica e identidade abstrata entre os distintos grupos religiosos é a forma local de um problema mais geral que há muito paira sobre nossas concepções do humano: como conciliar a pretensão universalista de um fundo comum a toda a humanidade, servindo de suporte para a vida coletiva, com o reconhecimento das muitas formas como este fundo universal se atualiza em dinâmicas historicamente localizadas? Ou ainda, tendo como foco o problema da diversidade religiosa: como conciliar a pretensão de tratamento equânime e indistinto das diversas religiões pelo Estado, atentando ao princípio constitucional da laicidade, com a necessidade do reconhecimento da especificidade das experiências históricas dos distintos grupos sociais, que entre muitas outras identificações se reconhecem também como religiosos?

Certamente não é a primeira vez que grupos inter-religiosos se organizam no Brasil e enfrentam cada um a seu modo as questões acima esboçadas. Entre as soluções esboçadas encontramos defesas tanto de posicionamentos laicistas mais radicais, defendendo que nenhuma especificidade religiosa deve ser levada em conta do ponto de vista do político, tendendo a criar um ponto cego sobre as especificidades dos processos históricos de reconhecimento da legitimidade de práticas religiosas identificadas a populações já estigmatizadas e marginalizadas. Posturas mais moderadas defenderiam que “[...] em uma sociedade na qual algumas das minorias desfavorecidas e marginalizadas são religiosas, uma política pública multicultural demandará o reconhecimento público de minorias religiosas” (Moodod). Ainda, e isto é particularmente pertinente para a história das relações entre Estado e religiões no Brasil, muitos argumentam pela importância da atuação de grupos religiosos em causas associadas à defesa dos Direitos Humanos, haja vista as muitas pastorais mantidas pela CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, e ações de inclusão social e cultural promovidas em terreiros de Candomblé e de outras religiões afro-brasileiras por todo o país.

Na forma de proposições, falou-se inicialmente na possibilidade de união dos religiosos presentes em um fórum permanente de ação social inter-religiosa, visando à atuação em iniciativas diversas. Ao longo do debate esta possibilidade de ação conjunta concentrou-se em torno da promoção do diálogo inter-religioso e da aproximação respeitosa entre todas as religiões. Por fim, conforme formulado ao final pelo mediador, o que se propunha finalmente era a criação de um fórum permanente de combate à intolerância religiosa. Uma das ações propostas desde já para este fórum é a replicação desde encontro e debate inter-religioso

em escolas do município, lembrando o ensinamento de muitas religiões de que o exemplo é o melhor ensinamento.

Por volta das 10h da noite, com um público disposto e interessado, o evento foi encerrado com considerações finais, saudações pela iniciativa, e expectativas com o novo cenário de diálogo que se descortina.

Por fim uma última consideração, em torno de algo que merece destaque justamente por sua absoluta ausência ao longo de toda a roda de conversa. Em nenhum momento ao longo da noite foi mencionada a existência de um enorme e já bastante controverso totem instalado na entrada da cidade e que anuncia em letras garrafais que “Sorocaba pertence ao Nosso Senhor Jesus Cristo”. Instalado em dezembro de 2006 a partir da articulação de parlamentares evangélicos na prefeitura, o totem é desde então objeto de protestos que vão da sua cobertura com um pano preto, à sua pichação ou parcial destruição. Ao mesmo tempo, quase sempre em seguida a algum destes ataques, grupos cristão se organizaram e autoridades religiosas se pronunciaram em defesa da legitimidade e pertinência da manutenção da homenagem. Em 2014, a partir de ação movida pelo ministério público e de decisão proferida pelo Juiz da Vara da Fazenda Pública, José Eduardo Marcondes Machado, o totem deveria ser imediatamente retirado por atentar contra o princípio constitucional da laicidade. A decisão de primeira instância, contudo, foi revertida após a contestação da prefeitura, tendo resistido o totem o suficiente para, na última semana, ser alvo de novo apedrejamento. Se me cabe ensaiar uma hipótese para a ausência de qualquer menção durante a roda de conversa a esta pequena contenda municipal, que já virou anedota das relações nebulosas entre estado e religião, diria que se trata justamente de um indício da agudez do estigma e mesmo da violência gritante contra religiosos afro-brasileiros. Se em outro cenário ou para não religiosos o totem parece significar uma pequena ofensa sentida diariamente e um ato ilegal do Estado, no atual cenário em que crianças são apedrejadas nas ruas por conta das suas identificações religiosas, terreiros são invadidos e destruídos, e famílias são obrigadas a deslocar sua moradia por conta de suas práticas religiosas, a permanência do controverso totem talvez esteja parecendo algo como um mal menor.